

O PERFIL DA EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1990¹

*Francisco José Lima Sales**

RESUMO

Este estudo apresenta o cenário da educação rural maranhense, procurando associar o seu baixo desempenho escolar ao projeto desenvolvimentista adotado pelos sucessivos governos estaduais (de 1966 a 2002). Mostra que tal projeto, que se arrasta há décadas, ora sob o domínio autoritário do Estado, ora com a prevalência do mercado, relegou o agente da pequena produção rural à condição de marginalizado estrutural, tanto nos planos político e social quanto no econômico. Com base nos estudos sobre a realidade de subdesenvolvimento econômico da agricultura familiar maranhense, reflete sobre os possíveis condicionamentos que incidem sobre a política educacional e que, em última instância, apresentam-se como um dos elementos responsáveis pelo quadro de carência da educação desenvolvida na zona rural maranhense.

Palavras-chave: Educação rural. Projeto desenvolvimentista. Agricultura familiar. Subdesenvolvimento econômico. Estado.

THE PROFILE OF RURAL EDUCATION IN MARANHÃO STATE OF THE 1990^S

ABSTRACT

This study presents the scenario of rural education of the 1990s in Maranhão State - Brazil, trying to associate their poor accomplishment for the school development project adopted by the successive state governments (from 1966 to 2002). It shows

¹ Este texto é parte integrante do relatório de pesquisa intitulado "O projeto desenvolvimentista no campo e o perfil da educação rural no Maranhão", financiado pela seção estadual da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Em razão do número de páginas do documento original, este texto se reportará apenas à situação da educação rural naquele estado.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor Adjunto IV do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (UFC). Endereço para correspondência: Departamento de Estudos Especializados, Faculdade de Educação (UFC), Rua Waldery Uchoa, n.º 1, Benfica, CEP 60020-110, Fortaleza (CE). E-mail: chicodede@gmail.com

that such a project, which has lasted for decades, sometimes under the authoritarian rule of that State, sometimes with the prevalence of the market, it relegated the agent of a small rural production to the condition of a structural marginalized, both in political and social planes, and economic as well. Based on studies about the reality of economic underdevelopment of family agriculture in Maranhão State, this study reflects on the possible influences that focus on educational policy and that, eventually, are presented as one of the elements responsible for the lack of a successful education in the rural zones of Maranhão State.

Keywords: Rural education. Developmental project. Family agriculture. Economic underdevelopment. State.

PERFIL DE LA EDUCACIÓN RURAL EN MARANHÃO EN LA DÉCADA DE 1990

RESUMEN

Este estudio presenta el escenario de la educación rural en Maranhão, buscando asociar su bajo desempeño escolar con el proyecto de desarrollo adoptado por sucesivos gobiernos estatales (1966-2002). Demuestra que este proyecto, que se arrastra desde hace décadas, unas veces bajo el régimen autoritario del Estado y otras veces con la prevalencia del mercado, ha relegado el agente de la pequeña producción rural a la condición de marginado estructural tanto en los planes políticos y sociales como en el plan económico. Basado en estudios sobre la realidad del subdesarrollo económico de la agricultura familiar de Maranhão, reflexiona sobre las posibles restricciones que se centran en la política educativa y que, en última instancia, se presenta como uno de los elementos responsables del cuadro de carencia de la educación practicada en las zonas rurales de Maranhão.

Palabras clave: Educación rural. Proyecto desarrollista. Agricultura familiar. Subdesarrollo económico. Estado.

1 INTRODUÇÃO

Ele é um rapaz ou uma moça de 17 anos, cursando a 3.^a série do Ensino Fundamental, em uma escola multisseriada da zona rural.

(Alberto Rodríguez)

A julgar pela tipologização do aluno da rede pública maranhense (na epígrafe) traçada pelo representante do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Alberto Rodríguez, após ouvir o diagnóstico da educação

pública do Estado² (PALHANO, 2000), não resta outra hipótese senão a de caracterizar o desempenho da política pública do setor como um retumbante fracasso.

Neste estudo preliminar, pretende-se apresentar o cenário da educação no meio rural maranhense, procurando associar o sofrível desempenho escolar no campo ao projeto “desenvolvimentista” adotado pelos sucessivos governos estaduais (de 1966 a 2002). Este projeto, que se arrasta há décadas, ora sob o domínio autoritário do Estado, ora com a prevalência do mercado, relegou o agente da pequena produção rural à condição de marginalizado estrutural, tanto nos planos político e social quanto no econômico.

Sabe-se que a atividade básica da estrutura produtiva do Estado, responsável pela geração da maior parte da renda e do emprego, é a agricultura desenvolvida pela pequena produção familiar. Logo, é com base nos estudos sobre a realidade de subdesenvolvimento econômico da agricultura familiar maranhense que refletiremos sobre os possíveis condicionamentos que incidem sobre a política educacional e que, em última instância, apresentam-se como um dos elementos responsáveis pelo quadro de carência da educação desenvolvida na zona rural maranhense.

Assim, a apreensão desse fenômeno se dará a partir da mesma perspectiva de análise utilizada por Raposo (2000, p. 19) para configurar a realidade educacional maranhense, ou seja,

[...] fatores estruturais da organização da sociedade brasileira têm papel fundamental na produção do fracasso escolar. Portanto, não se podem buscar somente nos sistemas educacionais as explicações para os fatores evasão e repetência apresentados, pois aparentemente são desconectados da realidade.

Logo, aqui se partirá da constatação de que o Maranhão é um dos estados mais pobres da federação, consequência das ações governamentais, quando não da sua ausência e omissão, que relegaram o agente da pequena produção camponesa à condição de marginalizado estrutural, tanto nos planos político e social quanto no econômico.

Por fim, quanto aos indicadores educacionais, cabe destacar dois pontos: i) a maioria dos dados utilizados são oficiais, produzidos pela Supervisão de Informação e Estatística da Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH), enquanto outros se referem a dados censitários e estudos relacionados ao objeto em questão; e ii) por se tratar de um estudo preliminar, de contextualização, teve-se a preocupação de realizar a apresentação por meio de comentários descritivos, não procedendo a uma análise mais detalhada.

2 A EDUCAÇÃO RURAL NO MARANHÃO

O Maranhão ascendeu, sem sombra de dúvida, a uma posição de destaque no plano regional, em razão das significativas taxas de crescimento, obtidas princi-

² Segundo Palhano (2000, p. 41), o referido encontro consistiu numa Reunião Técnica entre a Gerência de Desenvolvimento Humano (GDH) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), intitulada 1.ª Missão do Banco Mundial, objetivando captar recursos para a realização de investimentos em programas de melhoria da educação básica no estado do Maranhão.

palmente na década de 1980, inclusive no setor industrial, que se identifica como o virtual núcleo de uma economia capitalista dinâmica.

Por outro lado, segundo Pessoa e Martins (1996, p. 26), “[...] o tal ‘dinamismo’, além de ter-se mostrado inócuo em termos de traduzir-se em efeitos minoradores do quadro de mazelas sociais que perpassam a estrutura social do estado, tem na verdade contribuído para o aprofundamento desse quadro”.

Dessa forma, o desempenho satisfatório da economia maranhense aparece como um desastre em relação às condições de vida da população, principalmente a residente no campo. Desse modo, segundo o Mapa de Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), elaborado a partir de dados coletados e sistematizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Fundação João Pinheiro, do governo de Minas Gerais, e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Maranhão apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de apenas 0,456, que o colocou na última posição dentre os 27 estados da federação, atrás de estados como Alagoas (0,474) e Piauí (0,468), que se enquadram na escala considerada de baixo desenvolvimento humano ($> 0,500$)³.

O IDHM aplicado consiste na agregação de três dimensões básicas com igual peso: a longevidade (expectativa de vida), a educação (alfabetização de adultos e escolaridade conjunta dos ensinos primário, secundário e superior) e a renda (renda familiar *per capita*).

Para o documento do PNUD, o Maranhão aparece em 22.º lugar em expectativa de vida. No que se refere à renda, levando-se em conta o *Grau de desigualdade na população com renda insuficiente* (P_2)⁴, é o penúltimo colocado no *ranking*, apresentando um índice de 0,34⁵. Quanto à *Porcentagem de pessoas com renda insuficiente* (P_0), que indica o percentual da população que está abaixo de uma determinada linha de renda, definida como marco de carência, o estado do Maranhão aparece na 23.ª posição, e – o que é mais alarmante – na 25.ª posição em escolaridade, à frente somente dos estados do Piauí (0,462) e de Alagoas (0,442).

O IDHM registra ainda que o estado possui os mais altos índices de indivíduos na faixa etária acima de 25 anos considerados “analfabetos funcionais”, com menos de quatro anos de escolaridade (67,8%), e também de pessoas que não completaram o Ensino Fundamental ou oito anos de estudos (84,4%). Detém, ainda, o menor índice (1,7%), dentre todos os estados brasileiros, de pessoas da

³ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma versão para os municípios do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Tal como esse último, o IDHM sintetiza três dimensões, que são a renda, a educação e a longevidade, sendo que a principal adaptação foi a adoção da Renda Familiar *per capita* média do município no lugar do Produto Interno Bruto *per capita* usado para a pesquisa sobre estados e países. Apresenta ainda três níveis que variam entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o grau de desenvolvimento humano. Esses níveis são os que seguem: i) menor que 0,500 – baixo desenvolvimento humano; ii) entre 0,500 e 0,800 – médio desenvolvimento humano; e iii) acima de 0,800 – alto desenvolvimento humano.

⁴ O *Grau de desigualdade na população com renda insuficiente* (P_2) mede a desigualdade de renda entre as pessoas situadas abaixo da linha de carência. Conforme a Organização das Nações Unidas (1998), o *Grau de desigualdade* “[...] é um indicador do nível de desigualdade na distribuição da renda, medido pelo *Índice L de Theil*. Está padronizado para variar de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade”.

⁵ Constata-se, assim, uma tênue diferença entre o índice adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o de Gini, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), visto na seção anterior, que trata da desigualdade existente entre os rendimentos da população, na medida em que esse último apresenta o estado como o vice-campeão de desigualdade dentre todas as unidades da federação. Segundo o Gini, o Maranhão só não é mais desigual do que a Paraíba.

mesma faixa etária com mais de onze anos de escolaridade, ou seja, que concluíssem pelo menos um ano completo de algum curso superior.

Logo, na medida em que o IDHM adota como um dos indicadores que caracterizam uma boa qualidade de vida o nível de escolaridade da população, vê-se a extrema importância que assume a educação para um país, um estado ou um município que deseje alcançar níveis satisfatórios de desenvolvimento humano para a sua produção. Tal preocupação reside no fato de a escolaridade da população maranhense apresentar uma média de anos de estudo entre os ocupados de dez anos ou mais de idade, de apenas 3,7 anos, nível considerado extremamente baixo para as exigências do sistema produtivo atual. Já no Nordeste, o número médio de anos é 4,5, enquanto que no Brasil a média é de 5,9 anos, médias essas consideradas muito baixas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2000, p. 74).

Diante de tal situação, faz-se necessário o conhecimento da realidade educacional no meio rural maranhense, confrontando-a com o projeto dos sucessivos governos estaduais para o campo maranhense, para que se possa melhor evidenciar o alcance das políticas públicas desenvolvidas no setor, especialmente após a institucionalização do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

3 INDICADORES DA EDUCAÇÃO FORMAL NO MEIO RURAL MARANHENSE NA DÉCADA DE 1990

De acordo com a análise da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, baseada nos dados da PNAD de 1998, no Maranhão o analfabetismo continua apresentando taxas significativas, que giram ao redor de 30%. Na zona rural, esse índice é ainda mais significativo, saltando para quase 40% da população de 15 anos ou mais de idade. Se considerarmos as pessoas adultas com menos de quatro anos de estudo ou a taxa de analfabetismo funcional, esse índice se eleva para 53% do total, sendo que, na zona rural, esse indicador sobe para 62%.

É ainda mais complexa a realidade dos trabalhadores rurais assentados. Para ilustrar, basta citar os indicadores relativos à instrução escolar dos beneficiários das áreas de assentamento, aferidos a partir do I Censo da Reforma Agrária no Brasil, que mostram o Maranhão como um dos estados brasileiros com os mais altos índices de analfabetismo nas diversas faixas de idade dessa população.

Esses números indicam que cerca de 45% dos assentados nos projetos de regulamentação fundiária desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são analfabetos, ao passo que o nível de escolarização de aproximadamente 13% corresponde à alfabetização incompleta. Se considerarmos ainda a categoria dos analfabetos funcionais, esse número se eleva para o total de 58% dos trabalhadores assentados, de modo que tais registros denotam o descaso com que as áreas de assentamento são tratadas pelo poder público, tanto federal quanto estadual.

Quanto ao drama do trabalho infantil, o Maranhão aparece como o Estado “[...] que concentra o maior número de crianças trabalhadoras na área rural na faixa de 5 a 9 anos (91,8%) e de crianças e adolescentes na faixa de 10 a 17 anos (19,1%) que trabalham 40 horas por semana ou mais” (MARANHÃO, 1998, p. 15).

No geral, toda essa situação envolvendo adultos trabalhadores e crianças é reflexo da desastrosa política agrária implementada no estado, que tem como tônica a existência de índices significativos de desigualdade entre as classes sociais, principalmente os relacionados às camadas da população residentes nas áreas rurais.

Já no que se refere ao ensino formal, os dados da Supervisão de Informação e Estatísticas - Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano - SINEST/GDH (MARANHÃO, 1999) referentes à matrícula inicial na zona rural, especialmente aqueles diretamente ligados à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, indicavam que o estado apresentava, como pode ser observado na tabela abaixo, os seguintes números por dependência administrativa:

Tabela 1 – Matrícula inicial na zona rural por dependência administrativa, 1999, Maranhão

Dependência Administrativa	MATRÍCULA INICIAL					
	Creche	Pré-Escola	Classes de Alfabetização	Ensino Fundamental		
				1.ª a 4.ª série	5.ª a 8.ª série	1.ª a 8.ª série
Estadual	0	1.265	1.286	18.776	17.917	36.693
Federal	0	0	0	-	-	-
Municipal	834	60.742	17.768	572.161	47.935	620.096
Particular	429	6.397	563	6.263	1.519	7.782
TOTAL	1.263	68.404	19.607	597.200	67.371	664.571

Fonte: Maranhão (1999).

Assim, a Educação Infantil, que abrange o processo educativo desenvolvido em creches, pré-escolas e em classes de alfabetização, atende, na zona rural, a um total de 92.274 crianças (Tabela 1). Convém destacar que, se esse número for comparado com os referentes ao exercício de 1997 (88.992 matrículas), observar-se-á que a matrícula inicial na pré-escola vem caindo ano a ano. Como mostra a tabela a seguir, há uma queda significativa (da ordem de 23,13%) no número total de matrículas:

Tabela 2 – Educação infantil – matrícula inicial

MARANHÃO				
1997	Pré-Escolar	Rural	Alfabetização	Rural
Federal	0	0	100	0
Estadual	31.319	1.853	3.598	2.229
Municipal	152.899	77.295	92.773	71.078
Particular	63.218	9.844	15.182	1.313
Total	247.436	88.992	111.453	74.620
1998	Pré-Escolar	Rural	Alfabetização	Rural
Federal	0		0	
Estadual	26.847		2.195	
Municipal	142.130		38.527	
Particular	55.665		11.070	
Total	224.642		51.792	

Fonte: Brasil (1997); Brasil (1998).

Deve-se destacar que, mesmo a Educação Infantil apresentando uma curva negativa de crescimento, a rede municipal continua ainda a apresentar o maior número de matrículas (60.742 alunos matriculados) por dependência administrativa, superando numericamente aqueles apresentados pelas redes estadual (2.551 matrículas) e particular (7.379 matrículas). Todavia, a PNAD chama a atenção para o fato de a taxa de escolarização das pessoas de 5 e 6 anos de idade no Maranhão ser de apenas 65,2%, o que, de certa forma, mostra o declínio do número de matrículas nessa modalidade de ensino.

Já o quadro de estabelecimentos (Tabela 3) mostra um pequeno crescimento no número de escolas, dando continuidade ao gradativo processo de recuperação registrado no ano de 1998, apesar da involução numérica das matrículas ocorridas na referida modalidade de ensino.

Tabela 3 – Número de escolas da pré-escola na zona rural – 1999, Maranhão

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	NÚMERO DE ESCOLAS
	PRÉ-ESCOLAR
Estadual	20
Municipal	3.325
Particular	81
TOTAL	3.426

Fonte: Maranhão (1999).

Como é esperado, conforme demonstra a Tabela 3, 97,05% dos estabelecimentos escolares pertencem à rede municipal, enquanto as outras redes, particular e estadual, respondem por insignificantes números, respectivamente, 2,36% e 1,71%.

Tabela 4 – Número de docentes da zona rural – segundo dependência administrativa – educação infantil – 1999, Maranhão

TOTAL GERAL		ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
TOTAL	RURAL	RURAL	RURAL	RURAL
10.021	4.296	57	3.997	242

Fonte: Maranhão (1999).

O quadro de docentes, do ponto de vista numérico, como pode ser visualizado na Tabela 4, evoluiu de forma quase similar ao do número de estabelecimentos. O crescimento total do número de professores, em relação ao ano de 1998, foi da ordem de 5,65%. Todavia, em números absolutos, ainda está bem abaixo daqueles apresentados nos anos de 1993 e 1994 (tabelas 4 e 5). Assim, o maior número de docentes, 93,04%, pertence às redes municipais de ensino, que sofreram um ligeiro acréscimo. Já as redes estadual e particular detêm, respectivamente, 1,32% e 5,63%.

Tabela 5 – Docentes da educação infantil por dependência administrativa – período 1990-1998, Maranhão

N.º	ANOS	TOTAL		ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
		TOTAL	RURAL	RURAL	RURAL	RURAL
1	1990	8.875	3.522	86	3.290	137
2	1991	10.103	3.849	114	3.539	156
3	1992	10.434	3.750	125	3.374	274
4	1993	12.378	5.425	117	4.785	221

(continuação Tabela 5)

N.º	ANOS	TOTAL		ESTADUAL	MUNICIPAL	PARTICULAR
		TOTAL	RURAL	RURAL	RURAL	RURAL
5	1994	13.062	5.332	116	4.937	279
6	1995	14.223	5.715	141	5.202	372
7	1996	11.623	4.276	151	3.649	476
8	1997	11.099	4.150	82	3.652	416
9	1998	10.515	4.066	85	3.694	287

Fonte: Maranhão (1999).

O acentuado decréscimo das matrículas no Ensino Infantil implicou a redução do número de estabelecimentos e de docentes. Rocha (1999, p. 13) credita esse fenômeno à

[...] implantação do FUNDEF, pois, em função do privilégio dado à Educação Fundamental [...], sentiu-se que as municipalidades reduziram o esforço na área do pré-escolar, alegando a inexistência de recursos financeiros suficientes que garantissem uma atuação neste nível.

Quanto às classes de alfabetização, observa-se, na zona rural maranhense, a ocorrência de um processo semelhante ao que ocorre com as pré-escolas, isto é, uma redução acentuada nos números relativos à matrícula inicial, inclusive com uma diminuição significativa do número de alunos matriculados nas redes municipais.

Assim, quando comparados os anos de 1999 e 1998, no que concerne à matrícula total alcançada na rede municipal (urbana e rural), verifica-se, com mais clareza, a ocorrência desse fenômeno, ou seja, uma redução, em números absolutos, de 20.759 matrículas, ou um índice de 53,89% a menos no número de crianças matriculadas nas classes de alfabetização. Quando comparados ainda os anos de 1999 e 1997, somente os dados relativos à zona rural das redes municipais, verifica-se uma queda, em números absolutos, de 53.310 matrículas ou um índice de 75,01%.

Nesse sentido, o processo acima referido, em que se migra de um total de 95.528, em 1998, para 81.274 alunos matriculados em 1999, deve-se ao advento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que levou as administrações municipais a matricularem as crianças em idade pré-escolar, menores de sete anos, no primeiro ano do Ensino Fundamental, objetivando ampliar os recursos recebidos do Fundo. Isso pode representar uma grave ameaça ao desenvolvimento dessa modalidade de ensino (PALHANO, 2000, p. 43).

No âmbito do Ensino Fundamental⁶, destinado a crianças e adolescentes entre sete e quatorze anos de idade, desenvolvido em regime seriado de oito anos de estudos ou mediante programas de aceleração de aprendizagem, que reduzem esse período à metade, o quadro se apresenta diferente. Dados do SINEST/GDH de 1999 (MARANHÃO, 1999) sobre a referida modalidade de ensino mostram a exis-

⁶ O Ensino Fundamental representa o momento do processo educativo onde se procura levar o estudante ao domínio progressivo da leitura, da escrita e do cálculo, como elementos para a compreensão e solução de problemas, bem como para a ampliação da capacidade de acesso ao conhecimento (ROCHA, 1999).

tência, na zona rural do estado, de um total de 11.364 estabelecimentos escolares, nos quais estão matriculados 663.585 alunos e um total de 24.194 docentes.

Dos estabelecimentos existentes em 1999, a esmagadora maioria - 97,02% - pertencia à rede municipal; 2,38%, à estadual; e apenas 0,58% eram de natureza privada. Esses totais mostram um crescimento medíocre da rede municipal, de apenas 58 escolas, em números absolutos, ou um índice irrisório de 0,53%.

Já na rede particular, pode-se observar uma situação estacionária, com o fechamento, em números absolutos, de somente uma escola. Quanto à rede estadual, constata-se o crescimento do número relativo de estabelecimentos da ordem de 19,45% em relação ao ano anterior.

Segundo fontes do SINEST/GDH, em relação ao total de professores do Ensino Fundamental que atuam na zona rural, os dados censitários indicam que a esmagadora maioria desses profissionais, ou seja, 93,26%, pertencem aos quadros das redes municipais de ensino; enquanto 5,34%, à estadual; e ínfimo 1,39%, à rede particular. Tais dados mostram ainda um crescimento total de docentes de apenas 8,85%.

Quanto à formação dos professores que lecionam de 1.^a a 4.^a série, no meio rural maranhense, da rede que detém o maior número de profissionais - que continua sendo a municipal, com 95,79% do total existente -, 48,77% completaram o Ensino Médio, sendo que, desses, 95,11% concluíram o magistério. Entretanto, observa-se ainda um número relativamente preocupante de professores sem habilitação para a prática do magistério, da ordem de 53,45%, como pode ser confirmado pela análise da Tabela 6:

Já os dados que tratam dos professores que lecionam de 5.^a a 8.^a série (Tabela 7) indicam uma tendência que também é característica das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, isto é, a esmagadora maioria dos docentes da rede municipal (78,09%) completou o Ensino Médio (92,80%), sendo que, desses, 88,24% concluíram o magistério.

Tabela 6 – Total de professores da zona rural que atuam de 1.^a a 4.^a série – 1999, Maranhão

DEP. ADMINIST.	NÍVEL DE FORMAÇÃO							TOTAL
	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		SUPERIOR			
	INCOM- PLETO	COM- PLETO	MAGIS- TÉRIO COM- PLETO	OUTRA FOR- MAÇÃO	LICEN- CIATURA COMPLETA	COMPLETO SEM LICENCIATURA		
						MAGIS- TÉRIO	SEM MAGIS- TÉRIO	
Estadual	35	118	460	7	20	1	2	643
Municipal	6.195	3.942	9.219	473	30	8	2	19.869
Particular	5	11	200	7	3	3	1	230
	6.235	4.071	9.879	487	53	12	5	20.742

Fonte: Maranhão (1999).

A rede estadual, que detém 18,80% dos docentes, apresenta um número bastante significativo de professores habilitados, da ordem de 89,67%. Já a rede particular - 3,09% do total, como se pode observar acima - apresenta um índice insignificante, se comparado aos das redes municipais de ensino; nestas, 65,42% dos professores possuem habilitação para o magistério.

Tabela 7 – Total de professores da zona rural que atuam de 5ª a 8ª série – 1999, Maranhão

DEP. ADMINISTRATIVO	NÍVEL DE FORMAÇÃO							TOTAL
	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO		SUPERIOR			
	INCOMPLETO	COMPLETO	MAGISTÉRIO COMPLETO	OUTRA FORMAÇÃO	LICENCIATURA COMPLETA	COMPLETO SEM LICENCIATURA		
						MAGISTÉRIO	SEM MAGISTÉRIO	
Estadual	0	1	501	28	81	35	3	649
Municipal	0	74	2.208	294	91	18	11	2.696
Particular	0	0	60	10	31	0	6	107
	0	75	2.769	332	203	53	20	3.452

Fonte: Maranhão (1999).

Os números relativos referentes aos profissionais que atuam de 5.^a a 8.^a série apresentam um índice de habilitados da ordem de 86,09%; portanto, bem mais significativo que aquele demonstrado de 1.^a a 4.^a série da referida modalidade de ensino.

Já quando se faz a análise dos óbices da educação fundamental do meio rural, depara-se com um quadro de exclusão assustador no decurso dos oito anos de frequência à escola. Como observa Lima (2000, p. 81), “[...] o fracasso escolar assume características de verdadeira tragédia social. A repetência, principalmente nas primeiras séries do Ensino Fundamental, além de não constituir fato recente, é o principal indicador desse fracasso”.

Nesse sentido, para que se possa verificar, de forma mais plausível, a grave situação ou a verdadeira tragédia social que é a educação no meio rural, os números abaixo devem ser bem observados:

- De 312.252 matriculados em 1992 na 1.^a série:
 - a) 100.273 permaneciam frequentando a 2.^a série em 1993;
 - b) 64.732 permaneciam frequentando a 3.^a série em 1994;
 - c) 45.807 permaneciam frequentando a 4.^a série em 1995;
 - d) 22.727 permaneciam frequentando a 5.^a série em 1996;
 - e) 12.470 permaneciam frequentando a 6.^a série em 1997;
 - f) 9.382 permaneciam frequentando a 7.^a série em 1998;
 - g) 8.051 foram matriculados na 8.^a série em 1999.

Os dados do SINEST/GDH de 1999 (MARANHÃO, 1999) revelam que, dos que entraram na 1.^a série, no ano de 1992, apenas 2,57% conseguiram chegar ao último ano do Ensino Fundamental, em 1999. O grande obstáculo se encontra na passagem dos dois primeiros anos de estudo dessa modalidade, quando se observa a permanência de apenas 32,11% na 2.^a série em relação aos matriculados na 1.^a série no ano anterior, significando uma evasão, em números absolutos, de 211.979 alunos.

Em relação ao total de matrículas por dependência administrativa, segundo dados do SINEST/GDH de 1999 (MARANHÃO, 1999), o montante de alunos matriculados na zona rural era de 663.585; dos quais 36.693 (5,52%) pertenciam à rede estadual; 7.762 (1,16%), à particular; e 619.130 (93,30%) alunos estavam matriculados nas redes municipais.

Logo, por esses dados, verifica-se que a política de incentivo à frequência e à permanência na escola, desenvolvida pelo governo do estado, mostrou-se um tremendo fracasso, haja vista tanto o total de óbices observados quanto a taxa de distorção idade/série (Tabela 8), além, é claro, do índice de analfabetismo, que continua sendo mais significativo nas áreas rurais do estado. Segundo ainda a PNAD, 203.366 crianças e adolescentes na faixa etária entre cinco e dezessete anos de idade estão fora da escola.

Outro fato de igual gravidade que chama bastante atenção é o que mostra que o atendimento majoritário das matrículas de 5.^a a 8.^a série é realizado pela rede estadual, sendo que apenas 14% das vagas oferecidas estão localizadas na zona rural. Por sua vez, isso implica dizer que a responsabilidade pela crise que atravessa o Ensino Fundamental não deve ser creditada somente às administrações municipais, mas também ao governo do estado.

Sobre isso Palhano (2000, p. 46) indica o seguinte:

Se se examina a situação pela oferta de 5.^a a 8.^a série, já baixíssima para o sistema como um todo, vamos encontrar em 1999 apenas 14% delas localizadas na zona rural, ou seja, 86% do atendimento nesta faixa do ensino fundamental opera-se nas escolas da zona urbana. Não foi por outra razão que o computador do Bird tipificou o estudante maranhense como sendo da 3.^a série do ensino fundamental, de uma escola rural, matriculado em uma classe multisseriada, tendo 17 anos de idade.

No que se refere às taxas de distorção idade/série das redes municipais de educação na zona rural, no ano de 1999, no Ensino Fundamental, os resultados mostram o processo cumulativo de atraso no fluxo de progressão escolar ao longo das oito séries do Ensino Fundamental. Na rede municipal, observa-se uma distorção nas primeiras quatro séries, bem superior (70%) àquela registrada pela estadual, que é de 58,3%. Já no segundo segmento, que compreende da 5.^a à 8.^a série e que é oferecido quase exclusivamente pela rede estadual de ensino, os estudantes apresentam uma defasagem da ordem de 60%. Veja-se a tabela abaixo:

Tabela 8 – Ensino fundamental – taxa de distorção idade/série – 1999, zona rural do Maranhão

Depend. Administ.	SÉRIES										
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	1. ^a a 4. ^a	5. ^a	6. ^a	7. ^a	8. ^a	5. ^a a 8. ^a	1. ^a a 8. ^a
Estadual	58,9	58,1	60,2	55,5	58,3	63,6	60,6	62,5	59,1	61,8	60,0
Municipal	59,4	76,2	81,7	83,1	70,0	83,6	82,8				
Particular	21,5	25,6	25,3	21,8	23,5	38,7	28,5				
TOTAL	46,6	53,3	55,7	53,3	50,6	61,9	57,3				

Fonte: Maranhão (1999).

* Distorção – aluno com idade superior a dois anos.

Conforme se pode observar, essa defasagem é decorrente da continuidade do ponto crítico no fluxo escolar, que é a passagem da 1.^a para a 2.^a série, como vimos anteriormente, seja por motivos de abandono, seja por causa da evasão ou repetência, o que constitui um forte fator de preocupação.

Se compararmos aqueles índices com os das redes estadual e particular, guardadas as devidas proporções no que se refere ao número de alunos atendidos, pode-se verificar que os números apresentados pela rede estadual, correspon-

dentes a 60%, são bem menores, e, principalmente, se comparada com a particular, onde se observa uma taxa significativamente inferior de distorção de 25,1%. Desse modo,

[...] a exclusão social manifestada sob a aparência de fracasso escolar tem relação com o tipo de escola destinado ao atendimento da população pobre, não apenas da zona rural, mas também da zona urbana, revelando sua relação com a situação social das camadas populares que frequentam a escola pública. (LIMA, 2000, p. 83).

Por fim, na atualidade, esse dramático cenário situa o Maranhão, entre todos os estados da federação, como o que apresenta um dos piores desempenhos, sendo a repetência e a evasão escolar os aspectos mais perversos desse quadro. O resultado da exclusão dessas crianças da faixa escolar obrigatória, que corrobora a caracterização do aluno maranhense pelo representante do BIRD, implica quase sempre a legitimação do fracasso escolar, imputando, não raras vezes, às vítimas desse fenômeno a crença de que tal cenário se deve à sua incompetência, ao seu descuido e, sobretudo, à falta de responsabilidade frente à aprendizagem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao proceder a uma síntese, pode-se observar certa semelhança entre a política de desenvolvimento adotada no campo e aquela voltada para a educação da população rural. Com certeza, a gravidade da situação dessa última não deve ser atribuída linearmente somente ao componente econômico.

Entretanto, é fato que a política fundiária implementada ao longo de décadas, que tem preterido o pequeno produtor rural, ocasionando o êxodo rural, o trabalho infantil e muitas vezes até o trabalho escravo, pode contribuir inegavelmente para os índices educacionais insatisfatórios apresentados na área rural maranhense, principalmente no que se refere às taxas de evasão, repetência e distorção idade/série, além, é claro, dos desmandos cometidos em razão dos interesses imediatos das administrações municipais com os recursos oriundos do FUNDEF.

Para Rocha (2000, p. 86, grifo nosso), esse quadro representa uma verdadeira calamidade “educacional”, uma vez que, segundo o autor,

A educação rural é ainda, em sua maioria, assumida pelas redes municipais com menores condições que a rede estadual e se é precária a situação dos alunos que nelas se matriculam, mais precária ainda é a situação das suas escolas e a qualidade do ensino oferecido [...] *Carecemos, portanto, de uma Política de Educação Rural mais abrangente*, que não se restrinja somente ao vivenciar de experiências, mas represente uma reviravolta completa em termos de pedagogias, metodologias e conteúdos direcionados à realidade rural.

Assim, não há dúvida de que a educação no meio rural maranhense vive uma crise de grandeza expressiva. Logo, tanto as assertivas feitas acima como os índices mostrados ao longo desta seção revelam o quanto é desastroso o cenário educacional do estado. Além disso, sem que sejam necessários maiores esforços, pode-se

comprovar, através da simples observação, a predominância da origem socioeconômica das crianças, vítimas do fracasso escolar. Os dados acima elencados corroboram o que foi apresentado pelo PNUD, o qual indica que o Maranhão, na relação educação e qualidade de vida, tem um desempenho insatisfatório, alcançando um índice de qualidade de vida (IDH) que o coloca entre os últimos estados brasileiros.

Sobre isso, estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que o Maranhão é o estado que proporciona as piores condições de sobrevivência às suas crianças. Segundo esse estudo, de 136 municípios pesquisados, cerca de 124 (91%) foram classificados como de *pior condição de sobrevivência*, onde “sobrevivem” em torno de 778 mil crianças, aproximadamente 75,4% da população infantil estadual (MARANHÃO, 1998, p. 15).

Desse modo, basta ater-se aos dados oficiais, como foi mostrado ao longo do texto, para ver que o Maranhão adentra o terceiro milênio com cerca de 30% da sua população constituída de analfabetos (na zona rural, esse índice se eleva para 40%). Além disso, no que tange à política educacional destinada à população em idade pré-escolar, o governo estadual foi igualmente ausente, já que, como se sabe, a grande maioria dos sistemas municipais não é capaz de dar conta sozinha dessa tarefa, na medida em que não dispõe de recursos humanos, materiais e pedagógicos suficientes, mesmo que seja verdade que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atribua aos municípios esta tarefa.

Nesse sentido, a continuar o projeto das forças políticas dominantes, fundado historicamente na lógica desenvolvimentista dos últimos anos e no descaso com as políticas públicas, principalmente a agrária e a educacional, julgamos que, inexoravelmente, o Maranhão continuará a ser um estado subdesenvolvido econômica, política e socialmente, incapaz de enfrentar os graves problemas que atingem a grande maioria da sua população.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo escolar*. Brasília, DF, 1997.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Censo escolar*. Brasília, DF, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Síntese de indicadores sociais 1999*. Rio de Janeiro, 2000.
- LIMA, Altemar. *A explicação da repetência e da evasão pelas vítimas do fracasso escolar: um estudo realizado no sistema de ensino de Alto Alegre do Pindaré*. São Luís: UFMA, 2000.
- MARANHÃO. Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano. *1.ª Missão do Banco Mundial*. São Luís, 1999.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. *O trabalho infanto-juvenil: o caso da Baixada Maranhense*. São Luís, 1998.
- MARANHÃO. Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho. *O trabalho infanto-juvenil: o caso da Baixada Maranhense*. São Luís, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento humano e condições de vida*: indicadores brasileiros: atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília, DF, 1998. 1 CD-ROM.

PALHANO, Raimundo. Política pública de educação: os maiores desafios a enfrentar no início do ano 2000 no Maranhão. *In*: CARVALHO FILHO, Raimundo Nonato de (Org.). *Escola: direito da criança, dever de todos nós*. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão, 2000.

PESSOA, Enewton Dornelles; MARTINS, Marcilene. Dinâmica econômica e condições de vida da população maranhense no período 1970-90. *Revista de Política Públicas*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 15-38, 1996.

RAPOSO, Conceição. A realidade educacional maranhense: subsídios para reflexão. *Cadernos de pesquisa*, São Luís, v. 2, n. 1, p. 11-36, jan./jun. 2000.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. *A educação no Maranhão*. Brasília, DF: UNICEF: BIRD: MEC, 1999.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. O reencantar da educação. *In*: CARVALHO FILHO, Raimundo Nonato de (Org.). *Escola: direito da criança, dever de todos nós*. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão, 2000.